

CIRCUITO DA PECUÁRIA MODERNA E A NOVA SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DA TRIBUTAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM BASE NO PRINCÍPIO DA ORIGEM¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura moderna concebida como cadeia de produção tem a peculiaridade de estar intrinsecamente associada ao espaço geográfico. Numa economia continental como a brasileira predomina a especialização regional da agropecuária na medida em que as lavouras e criações ocupam amplos espaços contíguos determinando verdadeiras monoculturas locais. As próprias propriedades rurais são extremamente especializadas no tocante ao seu principal produto econômico. Resultados do censo agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que mais de 85% da renda bruta das propriedades rurais provêm do seu produto principal (IBGE, 2009).

A especialização produtiva corresponde à característica fundamental da agropecuária moderna, o que se mostra compatível com a lógica da construção da competitividade do fluxo produção-consumo decorrente do padrão agrário da Segunda Revolução Industrial que produziu a construção de plantas avantajadas das agroindústrias processadoras e das de beneficiamento das *tradings companies*. Essas estruturas, pela dimensão dos volumes de produtos/matérias-primas agropecuárias com que operam, acabam por determinar as agropecuárias dos locais, formando ilhas de monoculturas.

Nesse universo, leituras centradas no velho conceito da diversificação agropecuária estão eivadas de distorções que formam uma visão incorreta da dinâmica econômica. As propriedades rurais são especializadas e inseridas em regiões também especializadas, formando economias continentais como mosaicos de agriculturas especializadas regionalmente e forjando a falsa visão de di-

versificação que muitos acreditam existir, ainda que isso se mostre um equívoco.

Mais ainda, a agricultura brasileira, em uma abordagem mais ampla, também se mostra especializada regionalmente em dois planos. Um corresponde ao universo dos grandes produtos agropecuários, como os exemplos da concentração dos canaviais e laranjais em São Paulo e das lavouras de grãos e fibras nos cerrados do Brasil Central. O outro corresponde ao fato de que no Brasil houve uma diferença estrutural relevante quando se compara as agriculturas de São Paulo com as das demais Unidades da Federação.

As grandes agroindústrias concentram-se em território paulista, como denota o perfil das exportações estaduais. São Paulo exporta mais de 80% em relação ao conjunto de todas as demais Unidades da Federação, nas quais o indicador atinge menos de 50%. Além disso, numa leitura mais ampla que a determinada pelo processamento agroindustrial, as grandes estruturas transacionais e financeiras também estão localizadas em São Paulo, já que as exportações da agricultura das empresas sediadas no Estado são 20% maiores do que quando se considera apenas o que foi produzido no território estadual (GONÇALVES; ANGELO; SOUZA, 2009).

2 - CIRCUITO PECUÁRIO E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL INTERNA À PECUÁRIA BOVINA

Na agropecuária há segmentos em que o processo produtivo, no elo anterior ao das agroindústrias processadoras integrantes da agricultura, ocorre em diversas Unidades da Federação como resultante do mesmo processo de especialização regional. Nesse caso, o mais relevante consiste na pecuária de corte, formada em amplos circuitos pecuários envolvendo inúmeras Unidades da Federação. O ciclo de produção da pecuária de corte envolve, em linhas gerais, três

¹Registrado no CCTC, IE-102/2009.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: sydy@iea.sp.gov.br).

grandes fases: cria, recria e engorda.

A cria se mostra uma atividade com reduzida intensificação do uso do solo, exigindo a manutenção a pasto de um rebanho avantajado de matrizes para que sejam ofertados bezerros machos para as demais fases do ciclo pecuário. Assim, a cria se dá de forma extensiva em terras de menor valor e, portanto, apresenta declínio no território paulista, com a expansão das lavouras deslocando-se no sentido da fronteira de expansão.

O produto da cria, bezerros machos pesando em torno de 9 @, é destinado às propriedades pecuárias que se especializaram nas atividades de recria produzindo bois magros (13 @), os quais são a matéria-prima da terminação/engorda na qual se obtêm o animal pronto para abate (boi gordo de 18 @). Ressalta-se que a engorda pode envolver também vacas de descarte (fêmeas que não mais serão usadas na cria). As estruturas especializadas em recria estão localizadas em regiões próximas dos centros de terminação/engorda. Isso configura uma especialização regional interna à pecuária bovina, que deve ser levada em conta nas políticas públicas.

A produção brasileira de carne bovina avançou de forma persistente no período 2000-06. Em 2000 alcançava 6,5 milhões de t e em 2006 atingiu 8,5 milhões de t. Dessa data em diante, porém, mostrou recuo continuado e atingiu 7,6 milhões de t em 2009 (Figura 1). É importante salientar que a partir de 2006 houve rompimento com a tendência de crescimento persistente da produção nacional de carne bovina, que passou a oscilar a partir desse ano. O rebanho bovino brasileiro cresceu de 2000 até 2004, saltando de 162,45 milhões para 176,11 milhões de cabeças, tendo um movimento seguinte de recuo até 168,22 milhões de cabeças em 2007, o qual foi revertido em novo incremento para alcançar 173,18 milhões de cabeças em 2009 (Figura 2). Esses indicadores, no seu conjunto, mostram que o incremento na produção de carne bovina decorreu de expressiva elevação da taxa de desfrute, referendando o aumento de produtividade nessa atividade.

Na distribuição da produção de carne bovina nas diversas regiões brasileiras o crescimento se dá fundamentalmente pelo desempenho do centro-oeste, maior produtor nacional, cujo aumento dos abates propiciaram que, das 1,9 milhão de t de carne bovina obtidas em 2000, a oferta regional passasse para 2,6 milhões de t em

2006 e a partir desse ano ocorresse recuo até o patamar de 2,2 milhões de t em 2009. A isso se somou a produção da nova frente de expansão, a região norte, que saltou de 654 mil t para 1,3 milhão de t em 2006 e, em seguida, reduziu para 1,2 milhão de t em 2009. Crescimento menor apresentou a região sudeste, indo da produção de 1,8 milhão de t em 2000 para 2,2 milhões em 2006, tendência revertida em 2009 atingindo 1,9 milhão de t. Na região sul o movimento se mostra ainda mais suave, indo de 1,2 milhão de t para 1,4 milhão de t entre 2000 e 2005 e retornando ao mesmo nível de produção do início do período 2000-09, no último ano da série (Figura 3). Isso aponta que ainda que mantenha âncora nas regiões tradicionais, a agroindústria de frigoríficos segue a trilha do boi.

Ainda assim, quando se visualiza as Unidades da Federação brasileira, verifica-se que a estrutura frigorífica das regiões pecuárias tradicionais mantêm-se em posição de destaque. Há a alternância da liderança na produção de carne bovina entre duas Unidades da Federação do sudeste, com a primazia paulista sendo superada pela mineira, uma vez que São Paulo, após a oscilação do período 2000-06, abrindo o período com 937 mil t e fechando como 975 mil t, recua para 736 mil t em 2009. Isso se mostra efeito direto do embargo da carne paulista por nações importadoras face ao foco de aftosa de Mato Grosso do Sul, em 2005. Já em Minas Gerais há persistência do crescimento, indo das 708 mil t em 2000 para 966 mil t em 2009 (Figura 4). Assim, o sudeste se consolida como principal região produtora brasileira de carnes.

O Mato Grosso do Sul mostrou aumento das 755 mil t em 2000 para 990 mil t em 2005, quando chegou a ser o maior produtor de carne bovina do Brasil, mas, com o foco de aftosa, a oferta sul-matogrosense recua para 725 mil t em 2009. Movimentos similares ocorrem em Mato Grosso e Goiás (Figura 4) e isso se deve ao fato de que o mais relevante mercado consumidor está localizado no sudeste, além de que as exportações brasileiras de carnes têm como origem os portos localizados nessa região. Mesmo quando o animal foi abatido em unidades de abate da frente de expansão, verifica-se um intenso transporte de carne bovina fresca em caminhões com temperatura controlada para serem preparadas para o mercado (desossa e retalhe) em unidades da mesma empresa localizada no sudeste.

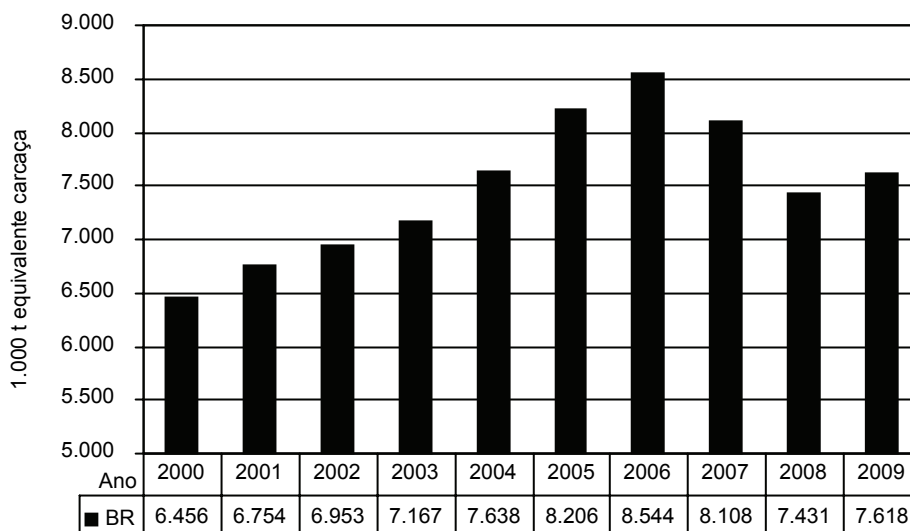


Figura 1 - Produção de Carne Bovina, Brasil, 2000 a 2009.
Fonte: ANUALPEC (2009).

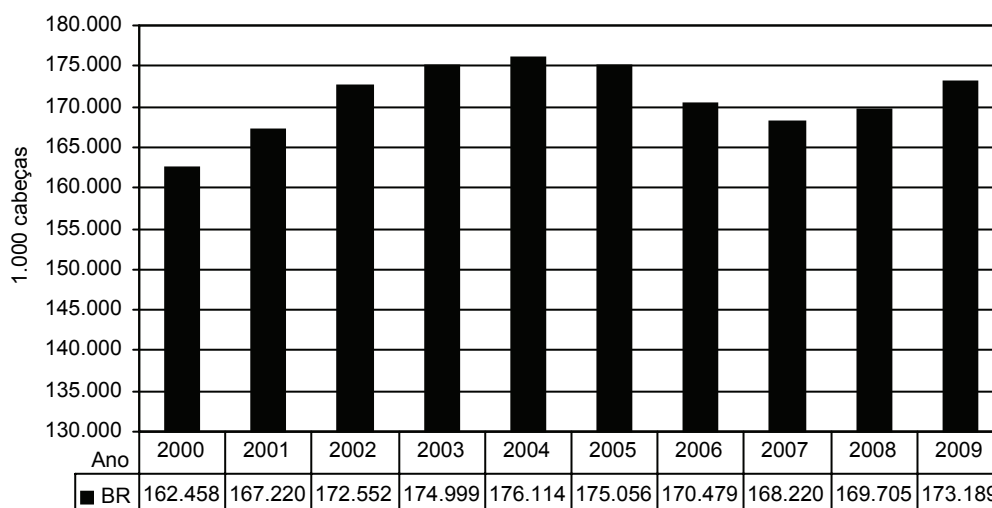


Figura 2 - Rebanho Bovino, Brasil, 2000 a 2009.
Fonte: ANUALPEC (2009).

A confirmação do modelo operacional difuso da ótica territorial verificado na sequência de produção de carne bovina, na qual operações produtivas são realizadas cada parte em um lugar, fica nítida quando se analisa o balanço dos rebanhos regionais (bezerros nascidos menos bois abatidos). Duas regiões, exatamente aquelas localizadas na fronteira da expansão pecuária, mostram números de nascimentos maiores que os de abates. Na região norte o saldo recuou de 2,3 milhões de cabeças, em 2000, para 1,3 milhão de cabeças, em 2006, voltando a crescer até alcançar 3 milhões de cabeças em 2009. Em seguida, como fornecedora, tem-se a região nordes-

te que vendeu 448 mil bovinos em 2000, patamar que recuou para apenas 16 mil em 2004, mas cresceu para 810 mil animais em 2009. No centro-oeste os indicadores são insignificantes em todo o período 2000-09, sendo que na região sul, tradicional compradora de bois, houve a expressiva “exportação” de 514 mil animais em 2009 (Figura 5). Nesse sentido, ainda que tenham atraído a estrutura de frigoríficos, a “exportação de bois” se mostra expressiva nas regiões localizadas na fronteira da expansão pecuária, em especial na região norte, em relação as de pecuária tradicional.

Esse movimento direciona-se funda-

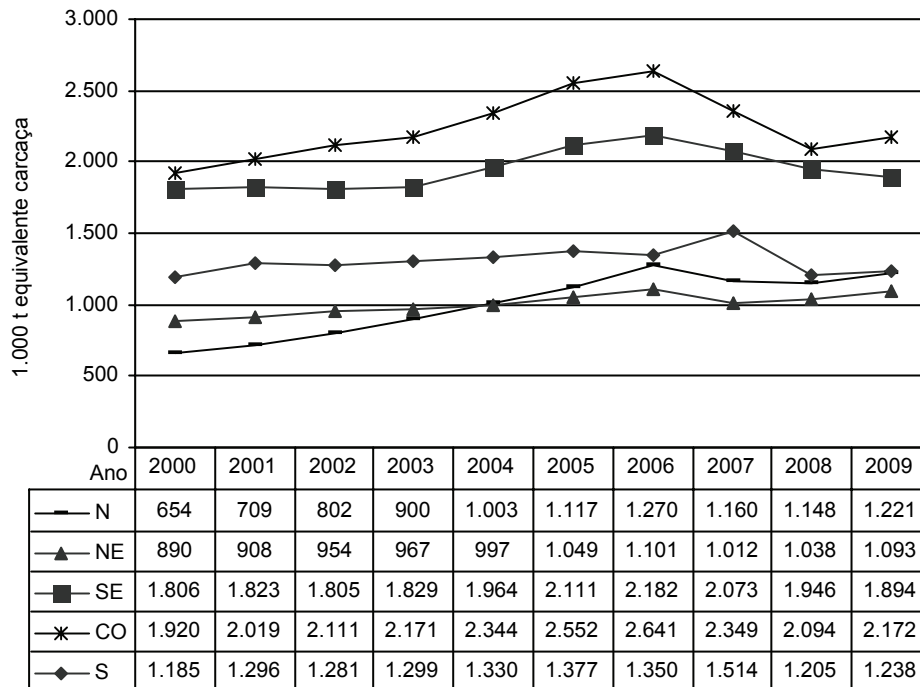


Figura 3 - Produção de Carne Bovina por Região, Brasil, 2000 a 2009.
Fonte: ANUALPEC (2009).

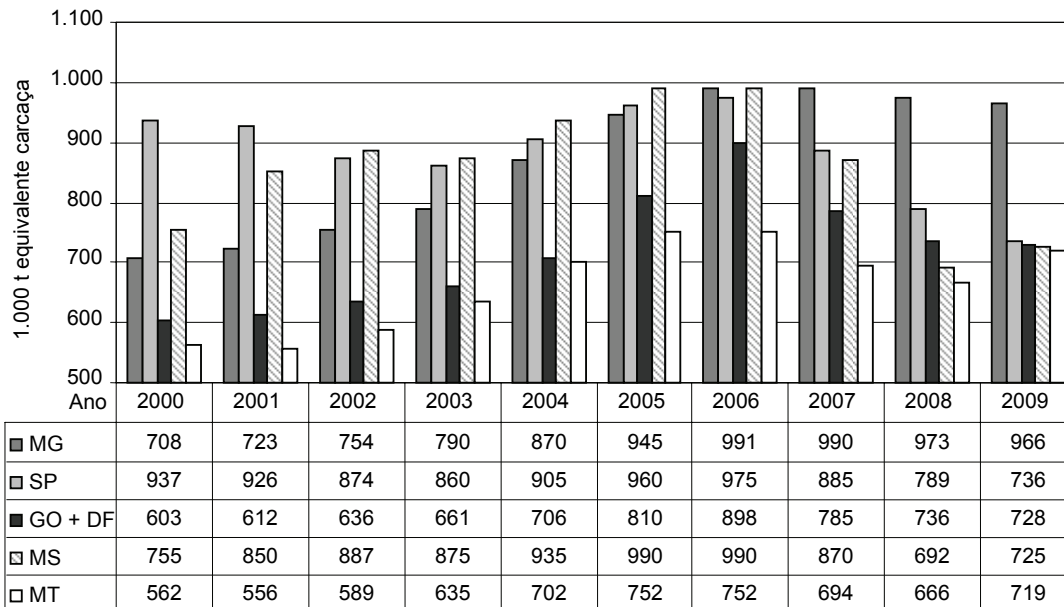


Figura 4 - Produção de Carne Bovina por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997 a 2005.
Fonte: ANUALPEC (2009).

mentalmente para a região sudeste, na qual a entrada de bois corresponde ao saldo negativo do balanço de seu rebanho que havia recuado de 222 mil cabeças em 2000 para uma situação de expor-

tadora de 276 mil animais em 2002, voltando porém à situação anterior em 2004 e comprando 1,1 milhão de bois em 2005. Esse patamar, no período seguinte, se eleva para 1,9 milhão em 2007 (pi-

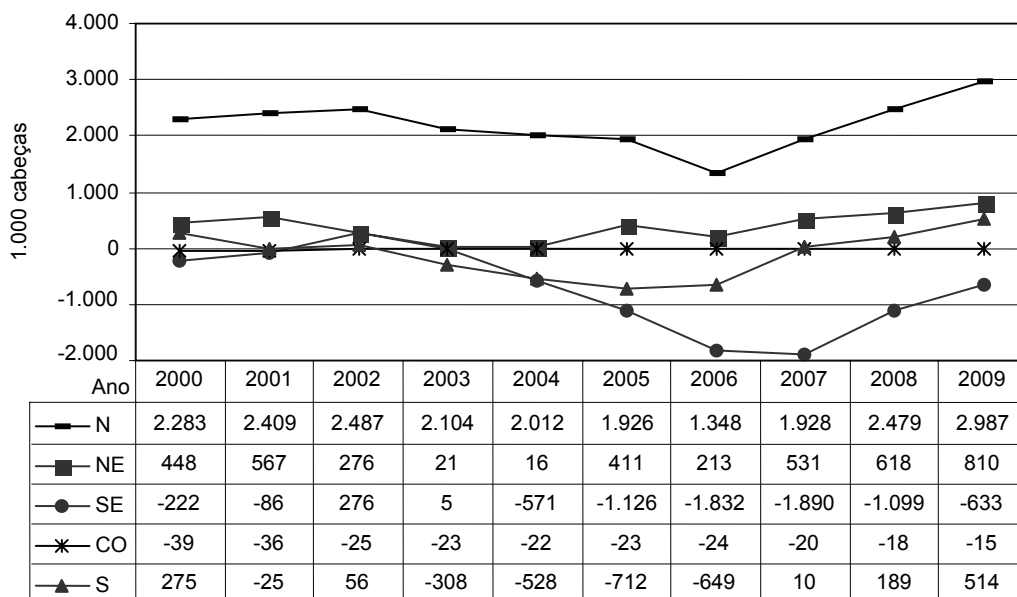


Figura 5 - Balanço do Rebanho Segundo as Regiões, Brasil, 2000 a 2009.
Fonte: ANUALPEC (2009).

co das exportações de carne bovina), novamente recuando com a crise internacional para atingir 633 mil animais em 2009 (Figura 5). É interessante frisar que na região sudeste se localiza não apenas o maior mercado consumidor como também os maiores volumes embarcados para o exterior.

Em relação as Unidades da Federação compradoras de boi, a liderança está ocupada por São Paulo que, após um recuo de 1,7 milhão para 1,3 milhão de animais adquiridos entre 1997 e 2003, volta a incrementar suas compras atingindo 2,1 milhões em 2006. Na fase seguinte, as compras paulistas recuam para 1,2 milhão, em 2009. Depois das paulistas, as aquisições mais relevantes são as paranaenses, que saltam de 106 mil para 597 mil cabeças no período 2000-06, diminuindo para 256 mil animais em 2009 (Figura 6). Fica nítido que a pecuária paulista representa a maior importadora de animais da Federação.

Tais desempenhos têm como explicação a importância dessas Unidades da Federação, em especial São Paulo, nas exportações brasileiras de carne bovina. Nesse sentido, a divisão territorial das operações produtivas do principal circuito pecuário brasileiro tem como origem a concentração do rebanho na fronteira de expansão, de onde partem animais para terminação (e mesmo carne fresca não retalhada) para as estruturas frigoríficas localizadas nas regiões de pecuária tradicional, onde os animais são termina-

dos e depois abatidos (e as carnes beneficiadas em cortes desejáveis ao comércio), para então serem distribuídos nas grandes metrópoles do sul/sudeste ou destinados ao mercado externo. Isso porque do lado das Unidades da Federação fornecedoras de boi existem aquelas situadas na fronteira de expansão agropecuária, com destaque para Mato Grosso, cujas vendas de animais aumentaram de 1,6 milhão de cabeças para 2,3 milhões de cabeças no período 2000-02, recuando para 1,6 milhão de animais em 2009. Em seguida têm-se o Pará, que forneceu aproximadamente 979 mil animais em 2000 com crescimento para 1,6 milhão de cabeças em 2009. Com isso, a fronteira amazônica corresponde à mais relevante origem dos animais recriados e engordados nas demais Unidades da Federação, em especial no sudeste (Figura 7).

Em Minas Gerais ocorre recuo na posição de centro fornecedor, pois em 2000 vendia 1,5 milhão de cabeças e, a partir de 2004, reduziu drasticamente esse comércio, vendendo 534 mil animais em 2009. Movimento oscilante verifica-se em Goiás onde o número de animais vendidos vivos recuou de 1,1 milhão em 2000 para se tornar comprador de 182 mil cabeças em 2006, retomando, contudo, a condição de fornecedor em 2009, atingindo 744 mil animais. Ainda na fronteira amazônica, tem-se a importante participação de Rondônia como fornecedora de animais, com

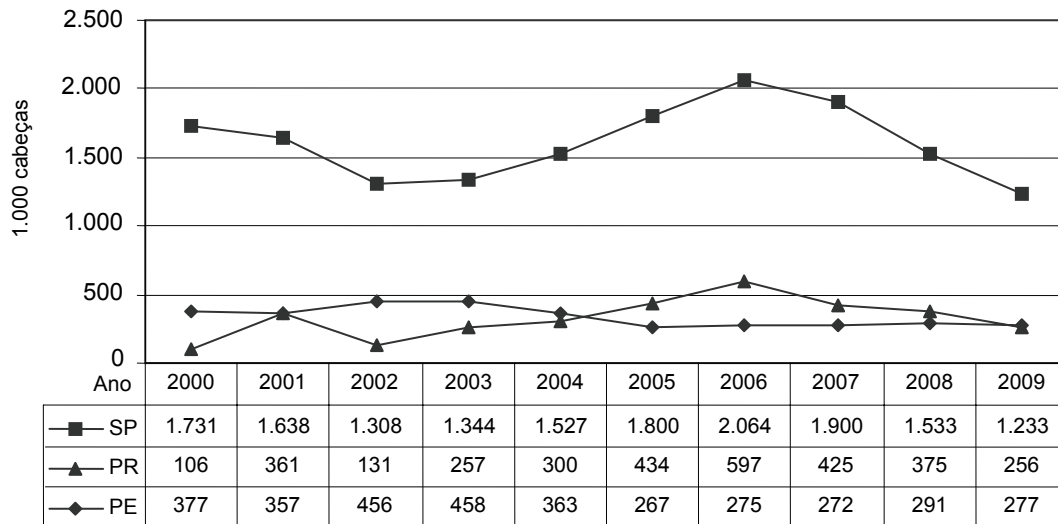


Figura 6 - Balanço do Rebanho nas Unidades Federativas Compradoras de Boi, Brasil, 2000 a 2009.
Fonte: ANUALPEC (2009).

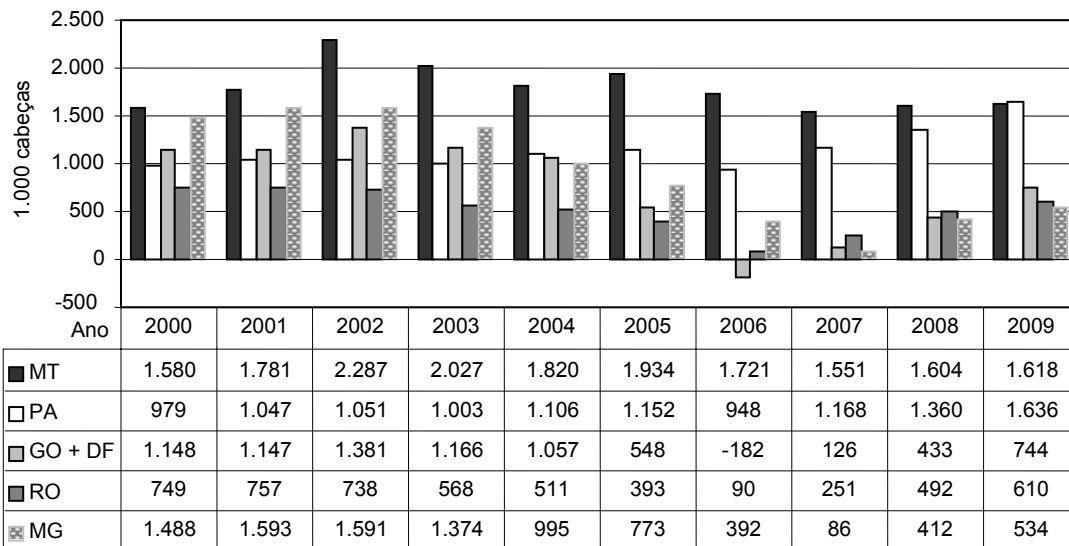


Figura 7 - Balanço do Rebanho nas Unidades Federativas Fornecedoras de Boi, Brasil, 2000 a 2009.
Fonte: ANUALPEC (2009).

desempenho oscilante no período (Figura 7).

A evolução da terminação de bovinos submetidos ao processo de engorda com vista ao abate revela patamar oscilante, na medida que em 1999 foram terminados 4,4 milhões de cabeças, saltando para 5,7 milhões de animais em 2000 e recuando para 5,2 milhões em 2003, com novo pico de 6 milhões de cabeças em 2004. Segue-se então nova queda para 5,4 milhões de animais em 2006, alcançando novo incremento e atingindo o recorde de 6,5 milhões de animais em 2008 (Figura 8). Essa estrutura dos pecuaristas

terminadores representa a ponta final na sequência de produção de carne bovina que, engordando número expressivo, termina bois comprados de terceiros, notadamente oriundos de Unidades da Federação criadoras e/ou especializadas na recria.

Dentre os processos de terminação destaca-se o confinamento, no qual a estrutura paulista em 1999 engordou 440 mil cabeças e em 2008 atingiu 705 mil animais. O confinamento de bovinos cresce nas Unidades da Federação localizadas no Brasil Central: Goiás passou de 190 mil para 456 mil cabeças; Mato Grosso, de 165 mil

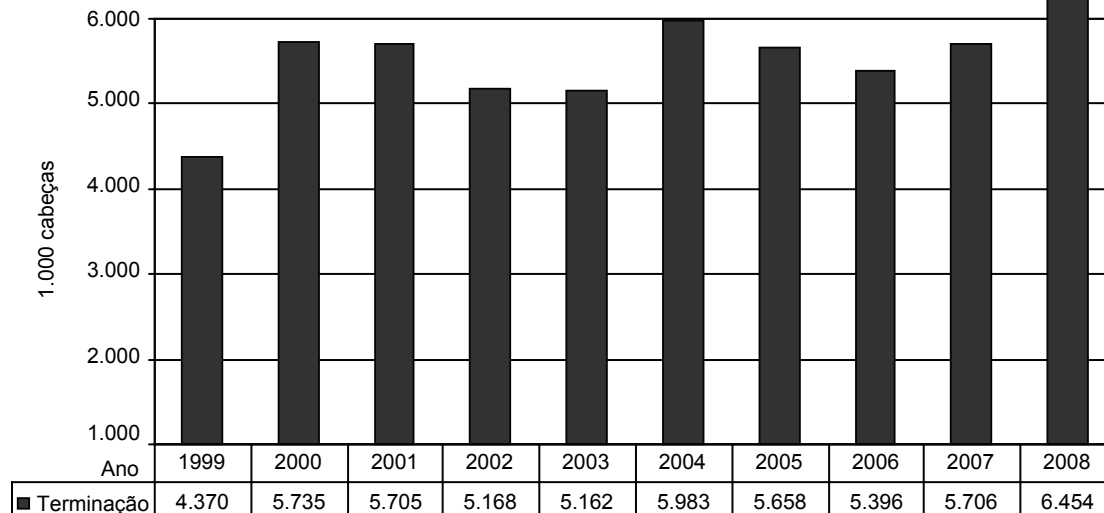


Figura 8 - Terminação de Bovinos, Brasil, 1999 a 2008.
Fonte: ANUALPEC (2009).

para 367 mil cabeças; e Mato Grosso do Sul, de 150 mil para 360 mil animais (Figura 9). A liderança paulista decorre da abundância de alimentação barata e da qualidade na forma de resíduos agroindustriais, como a polpa cítrica, e o mesmo acontece no Brasil Central onde as opções de ração são elevadas pela força da lavoura regional.

Nos semiconfinamentos aparecem as mesmas Unidades da Federação, mas em posições diferentes, sendo a liderança ocupada pelo Mato Grosso do Sul, que em 1999 tinha 230 mil animais nesse sistema de engorda e em 2008 passou a ter 445 mil animais, seguido de perto por Mato Grosso (220 mil para 436 mil), São Paulo (220 mil para 425 mil) e Goiás (220 mil para 428 mil) (Figura 10). Assim, há um significativo incremento na adoção desse regime de engorda nos anos recentes e, nesse movimento, São Paulo mantém-se entre os mais importantes na pecuária nacional, apesar de a sinalização indicar que as Unidades da Federação da fronteira do circuito pecuário ganham terreno na engorda de bois para abate, tanto no tocante aos semiconfinados como aos confinados.

As razões que sustentam a manutenção desse fluxo de produtos dentro do circuito brasileiro produtor de carne bovina organizado no modelo difuso estão associadas às exportações e à concentração do mercado interno no sul/sudeste. O abastecimento interno absorveu em 2005,

mesmo depois do *boom* exportador de carne bovina, cerca de 6 milhões das 7,9 milhões de t produzidas, já que, por questão de escala, o direcionamento do fluxo criação-abate segue a trajetória que conduz para os grandes mercados. A estruturação da logística da qualidade de produtos e de processos tem papel relevante na configuração da distribuição espacial da estrutura produtiva, uma vez que a capacidade de promover garantia de segurança alimentar, que se mostra fundamental para a exportação e exigência crescente em segmentos expressivos da sociedade brasileira, não está distribuída de forma equânime no território.

3 - MOVIMENTO PECUÁRIO DE BOVINOS E A NOVA SISTEMÁTICA DE TRIBUTAÇÃO PAULISTA SOBRE O VALOR ADICIONADO

A análise precedente revela que a pecuária de corte paulista configura-se como compradora de bois e, pelo próprio desenvolvimento agroindustrial que produz, tem elevada quantidade de resíduos de processamento. Concentram-se aqui as grandes estruturas do confinamento que alimentam um grande número de animais utilizando esses produtos. Além de atribuir valor econômico a esses resíduos, gerando emprego e renda, tal uso se configura em ganhos ambientais

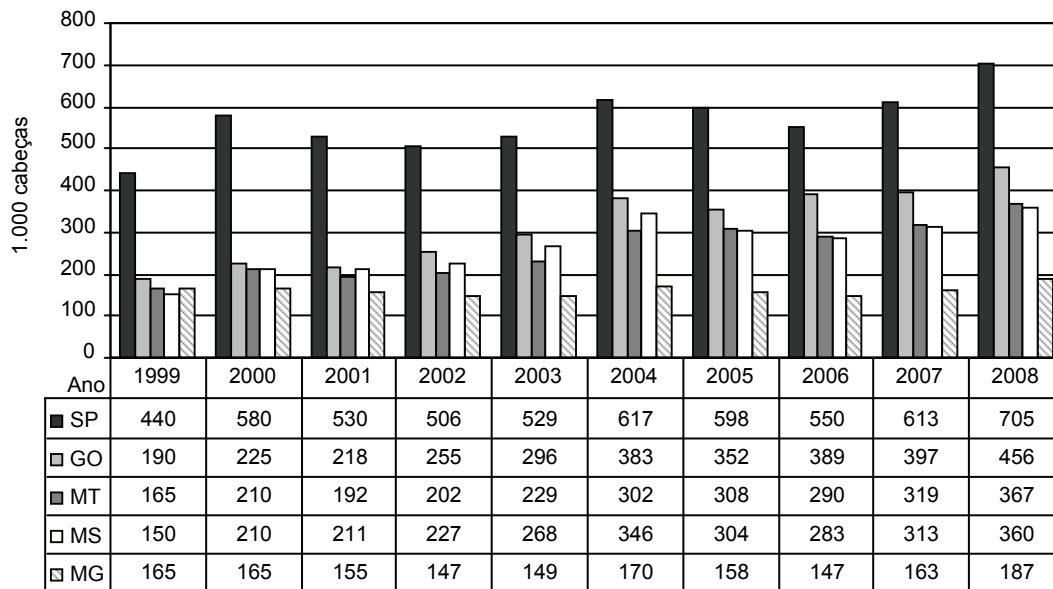


Figura 9 - Confinamento de Bovinos por Unidade de Federação, Brasil, 1999 a 2008.
Fonte: ANUALPEC (2009).

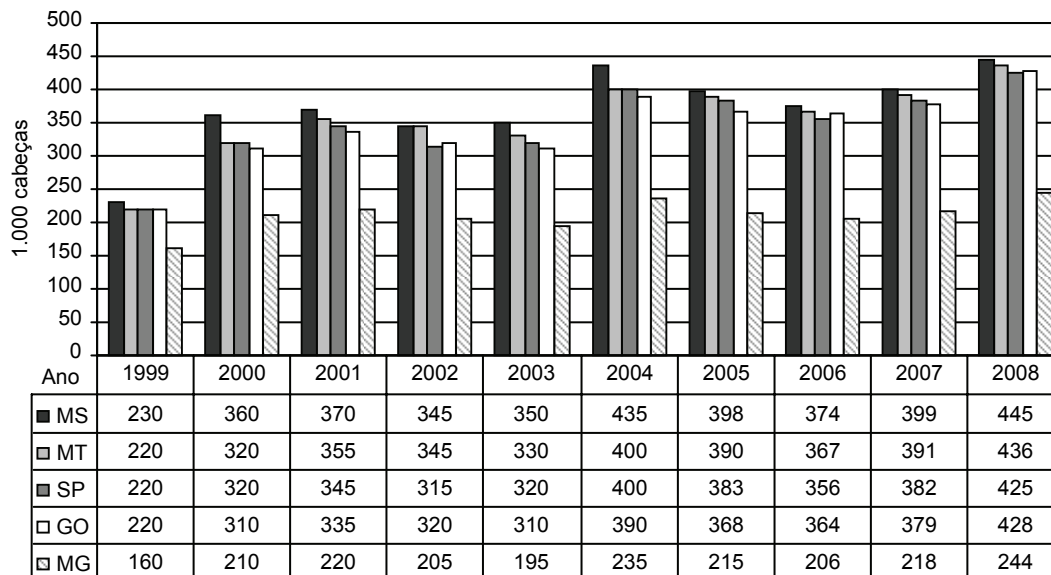


Figura 10 - Semiconfinamento de Bovinos por Unidade da Federação, Brasil, 1999 a 2008.
Fonte: ANUALPEC (2009).

significativos. Isso mostra que a pecuária de corte estadual seria uma atividade inviável se não “importasse” bois de outras Unidades da Federação, mesmo porque a expansão canavieira paulista se dá sobre áreas de pastagens.

Essa distribuição tem uma relação direta com o preço da terra, uma vez que a criação de bezerros exige terras mais baratas, dada a menor renda bruta por unidade de área. Para cada be-

zerro as pastagens devem comportar uma vaca, ou seja, para serem criados 100 bezerros têm-se na verdade um rebanho de 202 animais que corresponde ao número de bezerros somado ao de vacas e de touros necessários. A cria corresponde, dessa forma, a uma fase típica da pecuária extensiva, trabalhando com rebanhos de maior número de cabeças. Já a recria, que produz os bois magros, se mostra mais intensiva, com maior

lotação, dado que após a desmama os animais de corte passam a ser tratados sem a vacada.

Numa avaliação dos preços dos animais nas diferentes fases da pecuária de corte paulista, nota-se que a terminação de bovinos, para ser viável, deve concentrar-se em poucos meses (em torno de três nos sistemas de confinamento), pois os valores adicionais obtidos em cada animal são relativamente baixos (valor adicionado de +15,6% por animal), o que configura uma realidade de segmento que trabalha com margens estreitas, ganhando na escala. Já a recria, que leva em torno de um ano, permite maior valor adicionado, sendo expressiva embora tenha perspectiva de expansão limitada em São Paulo pela demanda de área de pastagens em uma terra de preço elevado (Tabela 1). De qualquer maneira, a pecuária de corte paulista importa animais como bezeros para recria ou principalmente boi magro para terminação.

TABELA 1 - Comparação dos Preços dos Animais nas Diferentes Fases da Pecuária de Corte, Estado de São Paulo, Novembro de 2009

Fase	Peso (@)	Preço por animal (R\$)	Preço por @ (R\$)	Variação (%)
Fase de cria (bezerro)	9	630,00	70,00	-
Fase de recria (boi magro)	13	1.000,00	76,92	58,73
Fase de engorda (boi gordo)	18	1.156,00	68,00	15,60

Fonte: Levantamento de campo.

Nessa realidade, as medidas fiscais de gerenciamento do sistema tributário brasileiro, cujo principal tributo das Unidades da Federação incide sobre o valor adicionado com base no princípio da origem, têm implicação decisiva sobre a rentabilidade. Com o Decreto n. 54.643, de 5 de agosto de 2009, cujos efeitos se processaram a partir de 1 de setembro, entrou

em vigor, no Estado de São Paulo, o regime especial de tributação que isenta a produção e comercialização de carnes e produtos resultantes de abate frigorífico paulista da cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). A medida reduz a carga tributária de 7% para zero e beneficia setores industriais, atacadistas e empresas de varejo de

carne bovina, suína e de aves. A isenção do ICMS simplifica todo o processo da escrituração das operações que envolvem os produtos beneficiados e as atividades de fiscalização (SÃO PAULO, 2009).

O referido decreto

reduz a burocracia para as empresas, favorece os consumidores e, ao mesmo tempo, resguarda a competitividade da economia paulista, desestimulando a guerra fiscal entre os Estados (SEFAZ-SP, 2009).

Entretanto, tal medida provocaria os efeitos aludidos apenas e tão somente se todo o ciclo de produção de carne se realizasse no território paulista. A carne bovina proveniente de abate em São Paulo, ao ter zerado seu ICMS, implica que se deixe de reconhecer crédito desse tributo quando o boi gordo abatido for originário de outra Unidade da Federação. Com isso seria combatida a guerra fiscal, mas há que se ter nítido que existe um "mercado de crédito de ICMS" com o qual não necessariamente estaria o pecuarista paulista sendo beneficiado pelo isentado abate em frigorífico localizado em território estadual.

O pecuarista não tem como entrar no "mercado de ICMS" que se formou enquanto muitos frigoríficos negociam os créditos com concessionárias de energia elétrica. Assim, para os grandes, há liquidez para os créditos acumulados pelos frigoríficos, enquanto que para os pequenos "credores" não há liquidez. Pelo fato de trabalhar com margem estreita (Tabela 1), a atividade mais atingida seria a de terminação, uma vez que a alíquota de ICMS já pago e não reconhecido como crédito praticamente anulava todo o valor bruto adicionado de R\$156,00 do boi gordo em relação aos R\$120,00 do boi magro (12% sobre um boi magro que custa R\$1.000,00). Isso só se refere ao ICMS do boi e atinge especialmente os pecuaristas.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pecuarista traz o boi magro para São Paulo para engorda e/ou terminação e para entrar com o animal tem que ter recolhido o ICMS no Estado de origem. Aqui em São Paulo ele não tem como reaver o ICMS pago. A alternativa da sonegação na origem, além de ilegal, se mostra preocupante por razões de defesa sanitária que

busca exatamente maior rigidez no controle do trânsito de animais. Pode-se então afirmar que essa nova lógica da cobrança tributária na agricultura segue na contramão da prioridade governamental para o alimento seguro com base no risco sanitário zero. Isso eleva os riscos produtivos em toda agropecuária paulista, uma vez que há centenas de quilômetros de fronteira seca.

Dessa maneira, a nova postura da Secretaria da Fazenda gera problemas para a pecuária de corte estadual e possivelmente para todos

os segmentos que precisam de matéria-prima de outras Unidades da Federação. Zera ICMS nas operações internas, mas não reconhece crédito interestadual. No caso do pecuarista de corte, há que se criar algum mecanismo de reconhecimento do crédito do ICMS pago na aquisição noutras Unidades da Federação, tanto de bezerros para as fazendas de recria como de boi magro para as fazendas de terminação/engorda. Isso poderia ser feito nas unidades agroindustriais representadas pelos frigoríficos paulistas.

LITERATURA CITADA

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA - ANUALPEC. **ANUALPEC 2009**. São Paulo: AGRA-FNP, 2009, 369 p.

GONÇALVES, J. S.; ANGELO, J. A.; SOUZA, S. A. M. Economias regionais paulistas no período 2005-2007: desconcentração na agropecuária com concentração na agricultura revelando diferenças estruturais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 45-54, fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agro 2006**: IBGE revela retrato do Brasil agrário. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em: 30 set. 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 54.643**, de 5 de agosto de 2009. Introdz alterações no Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - RICMS e revoga o Decreto n. 51.625, de 28/02/2007, que institui o regime especial de tribuacão do ICMS para contribuintes que realizarem operações com carne e produtos resultantes do abate em frigorífico paulista. Disponível em: <http://info.fazenda.sp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=sefaz_tributaria:vtribut>. Acesso em: 2009.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEFAZ-SP. Governo de São Paulo reduz a zero ICMS para o setor de carne. **SEFAZ Notícias**, São Paulo, 26 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/Publicacao/noticia.aspx?id=808>>. Acesso em: 2009.

CIRCUITO DA PECUÁRIA MODERNA E A NOVA SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DA TRIBUTAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM BASE NO PRINCÍPIO DA ORIGEM

RESUMO: *Este trabalho analisa a construção do circuito da pecuária moderna cujo processo de produção finaliza-se com a terminação/engorda no território paulista. Dessa maneira, a produção estadual se abastece de bezerros e bois magros de outras Unidades da Federação. Em função disso, a nova sistemática paulista de cobrança do ICMS instituída pelo Decreto n. 54.643, de 5 de agosto de 2009, conquanto tenha zerado a alíquota para a carne bovina nos frigoríficos estaduais, penaliza o pecuarista que, tendo pago o tributo na compra do bezerro e/ou do boi magro, ao não ver reconhecido esse crédito na venda do boi gordo, acaba tendo perdas econômicas. Tal ocorrência exige revisão da sistemática e o reconhecimento do referido crédito.*

Palavras-chave: *pecuária moderna, sistema tributário, circuito produtivo, transformação agroindustrial.*

**MODERN LIVESTOCK CIRCUIT AND THE NEW
SYSTEM OF COLLECTION OF VALUE ADDED TAX
BASED ON THE PRINCIPLE OF ORIGIN**

ABSTRACT: *This work analyzes the construction of the modern livestock circuit, the end process of which is cattle finishing/fattening in the state of Sao Paulo. Thus, the state's production is supplied with calves and lean steers from other states of Brazil. For this reason, Sao Paulo state's new system for collecting the value added tax levied at the State level (ICMS) instituted by Decree 54,643 of 5 August 2009, despite establishing a zero aliquot for bovine meat in the state's processing plants, penalizes cattle farmers who, having paid the tax at the purchase of the calf and or lean steer, suffers economic losses when this credit is not recognized at the sale of the fat ox. This fact calls for a systematic revision of and the recognition of such credit.*

Key-words: *modern livestock raising, taxation system, productive circuit, agro industrial transformation.*

Recebido em 23/11/2009. Liberado para publicação em 24/03/2010.